

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 30 de setembro de 2016

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às Informações Trimestrais – ITR nº 3g.

Essa diretriz não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Pareceres e Declarações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	12
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	13
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	510
Preferenciais	0
Total	510
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	20.036.039	20.547.828
1.01	Ativo Circulante	19.383.472	19.767.343
1.01.01	Disponibilidades	249	341
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.320.123	9.701.530
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.438	9.986.118
1.01.03.01	Carteira Própria	1.823	2.455
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	9.976.718
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	6.615	6.945
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-4.413	-17.561
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber - Setor Privado	115.046	185.413
1.01.07.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-113.725	-180.132
1.01.07.04	(Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil)	-5.734	-22.842
1.01.08	Outros Créditos	57.062	95.421
1.01.08.01	Negociação e Intermediação de Valores	0	42
1.01.08.02	Diversos	57.091	95.599
1.01.08.03	(Provisão para Outros Créditos)	-29	-220
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.013	1.494
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	3.031	2.199
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	45	258
1.01.09.03	(Provisões para desvalorizações)	-1.063	-963
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	509.294	525.152
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-752	-2.993
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber - Setor Privado	19.609	31.603
1.02.06.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-19.384	-30.703
1.02.06.04	(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-977	-3.893
1.02.07	Outros Créditos	510.037	527.881
1.02.07.01	Diversos	510.038	527.918
1.02.07.02	(Próvisão para Outros Créditos)	-1	-37
1.02.08	Outros Valores e Bens	9	264
1.02.08.01	Bens não de Uso Próprio	0	375
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	9	53
1.02.08.03	(Provisões para desvalorizações)	0	-164
1.03	Ativo Permanente	143.273	255.333
1.03.01	Investimentos	16.348	14.685
1.03.01.04	Outros Investimentos	24.525	21.862
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-8.177	-7.177
1.03.01.05.01	(Imparidade Acumulada)	-8.177	-7.177
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	186	186
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-186	-186
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	96.830	213.108
1.03.03.01	Bens Arrendados	205.921	439.711
1.03.03.02	(Depreciações Acumuladas)	-105.218	-287.319
1.03.03.03	Superveniência de Depreciação	0	60.716
1.03.03.04	Insuficiência de Depreciação	-3.873	0
1.03.05	Diferido	30.095	27.540
1.03.05.01	Perdas em Arrendamentos a amortizar	50.234	37.812

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.03.05.02	(Amortizações Acumuladas)	-20.139	-10.272

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	20.036.039	20.547.828
2.01	Passivo Circulante	44.842	412.958
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0	230.401
2.01.03.01	Recursos de Debêntures	0	230.401
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	7.348	854
2.01.07.01	Instituições Oficiais	7.348	854
2.01.09	Outras Obrigações	37.494	181.703
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.579
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	0	24.650
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	17.765	98.148
2.01.09.04	Credores por Antecipação do Valor Residual	8.424	45.724
2.01.09.05	Diversos	11.300	11.602
2.01.09.06	Negociação e intermediação de valores	5	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	19.001.969	19.174.280
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.990.335	19.145.662
2.02.03.01	Recursos de Debêntures	18.990.335	19.145.662
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.252	9.403
2.02.07.01	Instituições Oficiais	1.252	9.403
2.02.09	Outras Obrigações	10.382	19.215
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	8.920	11.421
2.02.09.03	Credores por Antecipação do Valor Residual	1.435	7.794
2.02.09.04	Diversos	27	0
2.05	Patrimônio Líquido	989.228	960.590
2.05.01	Capital Social Realizado	899.539	872.800
2.05.01.01	De domiciliados no País	899.539	872.800
2.05.04	Reservas de Lucro	61.869	87.790
2.05.04.01	Legal	42.515	41.697
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	19.354	46.093
2.05.04.07.01	Reserva de Expansão	19.354	19.354
2.05.04.07.02	Outras	0	26.739
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	27.820	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	740.462	2.222.308	1.054.304	3.308.585
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	48.334	161.988	114.687	600.415
3.01.02	Resultado Operações Títulos e Valores Mobiliários	692.456	1.800.364	156.478	484.288
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-328	259.956	783.139	2.223.882
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-717.233	-2.157.768	-1.030.723	-3.217.793
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-677.620	-2.020.006	-920.718	-2.651.549
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-218	-685	-238	-770
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-40.226	-134.803	-103.108	-546.625
3.02.04	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	831	-2.274	-6.659	-18.849
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	23.229	64.540	23.581	90.792
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.462	-17.363	-9.795	-21.798
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.935	-12.446	-2.821	-10.865
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.180	-4.714	-6.162	-10.889
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.777	4.550	1.728	6.067
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-2.124	-4.753	-2.540	-6.111
3.05	Resultado Operacional	18.767	47.177	13.786	68.994
3.06	Resultado Não Operacional	-716	1.573	-1.882	-1.983
3.06.01	Receitas	143	3.463	1.011	2.103
3.06.02	Despesas	-859	-1.890	-2.893	-4.086
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	18.051	48.750	11.904	67.011
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	1.558	1.410	12.002	17.424
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	2.464	4.250	12.340	26.695
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-906	-2.840	-338	-9.271
3.09	IR Diferido	-7.332	-21.522	-4.122	-34.521
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.277	28.638	19.784	49.914
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	24,05270	56,10770	38,76170	97,79323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	12.277	28.638	19.784	49.914
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.277	28.638	19.784	49.914

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.615.988	-1.220.632
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.703	601.756
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação/Participações	48.750	67.011
6.01.01.02	Ajuste ao Resultado Antes da Tributação/Participações	128.953	534.745
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.438.285	-1.822.388
6.01.02.01	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	9.975.469	11.798.038
6.01.02.02	Operações de Arrendamento Mercantil	-17.891	-19.527
6.01.02.03	Outros Créditos	34.909	88.022
6.01.02.04	Outros Valores e Bens	-647	2.695
6.01.02.05	Outras Obrigações	-149.813	-580.066
6.01.02.06	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-385.728	-12.025.506
6.01.02.07	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-1.657	-2.127
6.01.02.09	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-4.016.357	-1.083.917
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.844	536.704
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Arrendamento	32.015	88.450
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	-23.369	-69.754
6.02.03	Aplicações no Diferido	-19.827	-17.784
6.02.04	Alienações no Diferido	0	715
6.02.05	Aquisição de Investimento	-2.663	-7.923
6.02.06	Títulos Disponíveis para Venda	0	543.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.602.144	-683.928
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.104.290	5.416.697
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.706.434	4.732.769

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	872.800	0	0	87.790	0	0	960.590
5.03	Saldo Ajustado	872.800	0	0	87.790	0	0	960.590
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	28.638	0	28.638
5.05	Destinações	0	0	0	818	-818	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	818	-818	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal	0	0	0	818	-818	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	26.739	0	0	-26.739	0	0	0
5.13	Saldo Final	899.539	0	0	61.869	27.820	0	989.228

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.03	Saldo Ajustado	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	49.914	0	49.914
5.05	Destinações	0	0	0	1.506	-1.506	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.506	-1.506	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal	0	0	0	1.506	-1.506	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.13	Saldo Final	872.800	0	0	59.624	48.408	0	980.832

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	2.221.404	3.287.709
7.01.01	Intermediação Financeira	2.222.308	3.308.585
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.274	-18.849
7.01.04	Outras	1.370	-2.027
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.095.177	-3.079.779
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.432	-10.808
7.03.02	Serviços de Terceiros	-6	-5
7.03.04	Outros	-12.426	-10.803
7.03.04.01	Comunicações	0	-18
7.03.04.02	Processamento de Dados	-3.367	-3.777
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	0	-1
7.03.04.05	Serviços Técnico Especializados	-7.562	-4.990
7.03.04.06	Serviços do Sistema Financeiro	-140	-305
7.03.04.07	Propaganda e Publicidade	-169	-174
7.03.04.08	Outras	-1.188	-1.538
7.04	Valor Adicionado Bruto	113.795	197.122
7.05	Retenções	-60.317	-119.165
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.317	-119.165
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.478	77.957
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.478	77.957
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	53.478	77.957
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.826	27.986
7.09.02.01	Federais	22.938	21.822
7.09.02.02	Estaduais	1.502	5.442
7.09.02.03	Municipais	386	722
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14	57
7.09.03.01	Aluguéis	14	57
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.638	49.914
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.638	49.914

Comentário do Desempenho

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016 e exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou o trimestre com saldo de carteira de crédito de R\$ 119 milhões, ante R\$ 194 milhões em Dez.15. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing, que reduziu cerca de 47% nos últimos doze meses. No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 29 milhões (R\$ 20 milhões no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015) e Patrimônio líquido de R\$ 989 milhões (R\$ 961 milhões em Dez.15).

Adicionalmente, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A Administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 08 de novembro de 2016.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016. Em cumprimento a Instrução CVM 381/03, a BV Leasing informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no trimestre findo em 30 de setembro de 2016, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. São Paulo, 08 de novembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016.

São Paulo, 08 de novembro de 2016.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 08 de novembro de 2016.

Declaração de Conformidade

Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são

ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito passou a ser registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A Companhia avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2016	31.12.2015
Disponibilidades	249	341
Disponibilidades em moeda nacional	249	341
Aplicações interfinanceiras de liquidez⁽¹⁾	12.706.185	7.103.949
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	11.863.685	7.103.949
Aplicações em depósitos interfinanceiros	842.500	-
Total	12.706.434	7.104.290

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.09.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto		
Re vendas a liquidar – posição bancada	13.435.199	9.701.530
Letras Financeiras do Tesouro	1.380.908	-
Letras do Tesouro Nacional	8.725.985	1.812.859
Notas do Tesouro Nacional	1.756.793	5.291.090
Debêntures	1.571.513	2.597.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.884.924	-
Total	19.320.123	9.701.530
Ativo circulante	19.320.123	9.701.530

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Rendas de aplicações no mercado aberto	1.266.874	423.822
Posição bancada	1.266.874	423.822
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	529.522	-
Total	1.796.396	423.822

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2016						31.12.2015		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	2.895	3.720	6.615	6.615	-	6.945	6.945	-
Títulos Públicos	-	2.895	3.720	6.615	6.615	-	6.945	6.945	-
Letras Financeiras do Tesouro		2.895	3.720	6.615	6.615	-	6.945	6.945	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	1.823	-	-	1.823	1.823	-	2.455	2.455	-
Títulos Privados	1.823	-	-	1.823	1.823	-	2.455	2.455	-
Cotas de Fundos de Investimentos	1.823	-	-	1.823	1.823	-	2.455	2.455	-
Total (1 + 2)	1.823	2.895	3.720	8.438	8.438	-	9.400	9.400	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2016						31.12.2015		
	Valor de Mercado			Valor de custo	Total		Total		
	Sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360		Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	1.823	-	-	1.823	1.823	-	2.455	2.455	-
Vinculados à prestação de garantias	-	2.895	3.720	6.615	6.615	-	6.945	6.945	-
Total	1.823	2.895	3.720	8.438	8.438	-	9.400	9.400	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.09.2016						31.12.2015	
	Valor de Mercado			Valor de custo	Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos		Valor de mercado	Valor de custo	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	2.895	3.720	6.615	6.615	6.945	6.945	
Títulos disponíveis para venda	1.823	-	-	1.823	1.823	2.455	2.455	
Total	1.823	2.895	3.720	8.438	8.438	9.400	9.400	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.09.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	1.823	-	1.823	2.455	-	2.455
Vinculados à prestação de garantias	6.615	-	6.615	6.945	-	6.945
Total	8.438	-	8.438	9.400	-	9.400

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.09.2016		31.12.2015	
1 – Títulos para negociação	6.615	78%	6.945	74%
2 – Títulos disponíveis para venda	1.823	22%	2.455	26%
Valor contábil / mercado da carteira	8.438	100%	9.400	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.796.396	423.822
Títulos de renda fixa	3.803	60.384
Aplicações em fundos de investimento	165	82
Total	1.800.364	484.288

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de setembro de 2016 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.09.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	85.273	-	-	135.056	-	-
DI	85.273	-	-	135.056	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	-	-	-	5.563.000	24.502	31.341
DI	-	-	-	5.563.000	22.926	31.341
Pré-fixado	-	-	-	-	1.576	-
Posição Passiva	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Pré-fixado	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	-	-	-	18.120.787	9.950.901	9.945.377
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	18.120.787	9.950.901	9.945.377

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2016	31.12.2015
Futuro	3.998	20.834	18.039	42.402	85.273	135.056
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	-	-	-	9.213.000
Box de opções	-	-	-	-	-	18.120.787

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
ITR – Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.09.2016)

	Futuros
BM&FBovespa	85.273

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.09.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	6.615	6.945
Total	6.615	6.945

d.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.09.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	31.341	-
Box de opções - Pré-fixado	-	-	9.945.377	-
Total	-	-	9.976.718	-
Passivo				
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	(1.579)	-
Total	-	-	(1.579)	-

d.6) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Swap	(4.510)	116.716
Futuros	(3.692)	(44.185)
Box de opção	268.158	2.149.715
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	-	1.636
Total	259.956	2.223.882

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	30.09.2016	31.12.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber		
Arrendamentos financeiros a receber	134.655	217.016
Ativo circulante	115.046	185.413
Ativo não circulante	19.609	31.603
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil		
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(133.109)	(210.835)
Ativo circulante	(113.725)	(180.132)
Ativo não circulante	(19.384)	(30.703)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
ITR – Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	161.988	600.415
Arrendamentos financeiros	104.361	262.837
Lucro na alienação de bens arrendados	39.885	317.569
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.742	20.009
Despesas de Arrendamento Mercantil	(134.803)	(546.625)
Arrendamentos financeiros	(132.245)	(546.178)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(2.558)	(448)
Total	27.185	53.790

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	30.09.2016	%	31.12.2015	%
Setor Privado – No País	118.655	100,00%	194.275	100,00%
Pessoa Física ⁽¹⁾	2.815	2,37%	29.260	15,06%
Pessoa Jurídica	115.840	97,63%	165.015	84,94%
Atividades específicas da construção	7.536	6,35%	10.057	5,18%
Automotivo	2.537	2,14%	2.990	1,54%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.914	2,46%	13.190	6,79%
Comércio varejista	670	0,56%	1.082	0,56%
Imobiliário	-	0,00%	25	0,01%
Madeireiro e moveleiro	-	0,00%	10	0,01%
Serviços	76.891	64,80%	103.354	53,20%
Transportes	22.461	18,93%	30.438	15,67%
Demais atividades	2.831	2,39%	3.869	1,98%
Total	118.655	100,00%	194.275	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	30.09.2016	31.12.2015
Arrendamentos financeiros a receber	134.655	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(133.109)	(210.835)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	43	964
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	126.925	240.648
Credores por antecipação do valor residual	(9.859)	(53.518)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	118.655	194.275

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 30 de setembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	1.821	22.184	83.274	353	3.141	-	8	-	137	110.918	160.496
01 a 30	136	1.986	5.748	18	136	-	1	-	10	8.035	13.489
31 a 60	136	1.520	5.505	18	136	-	1	-	9	7.325	12.584
61 a 90	136	898	4.422	18	135	-	1	-	9	5.619	10.747
91 a 180	408	2.363	12.857	54	405	-	2	-	27	16.116	28.403
181 a 360	419	4.086	21.604	104	810	-	3	-	55	27.081	41.588
Acima de 360	586	11.331	33.138	141	1.519	-	-	-	27	46.742	53.685
Parcelas Vencidas	-	359	3	-	34	-	-	-	-	396	921
Até 14 dias	-	359	3	-	34	-	-	-	-	396	921
Subtotal	1.821	22.543	83.277	353	3.175	-	8	-	137	111.314	161.417
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	286	147	95	50	60	903	1.406	2.947	15.880
01 a 30	-	-	44	42	42	12	11	276	150	577	2.027
31 a 60	-	-	44	24	30	6	7	133	128	372	1.900
61 a 90	-	-	20	9	19	2	2	46	105	203	1.600
91 a 180	-	-	31	21	2	4	5	93	302	458	4.281
181 a 360	-	-	50	37	1	4	9	112	441	654	4.921
Acima de 360	-	-	97	14	1	22	26	243	280	683	1.151
Parcelas Vencidas⁽¹⁾	-	-	125	65	107	65	75	2.670	1.287	4.394	16.978
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962
15 a 30	-	-	125	-	6	18	18	537	236	940	1.145
31 a 60	-	-	-	65	33	19	20	556	243	936	2.084
61 a 90	-	-	-	-	68	18	18	571	162	837	1.524
91 a 180	-	-	-	-	-	10	18	975	352	1.355	5.160
181 a 360	-	-	-	-	-	-	1	31	275	307	6.077
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19	26
Subtotal	-	-	411	212	202	115	135	3.573	2.693	7.341	32.858
Total	1.821	22.543	83.688	565	3.377	115	143	3.573	2.830	118.655	194.275

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.09.2016			31.12.2015		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	1.821	-	-	7.304	-	-
A	0,5	22.543	(113)	(113)	36.343	(183)	(183)
B	1	83.688	(837)	(837)	89.791	(897)	(897)
C	3	565	(17)	(17)	29.277	(878)	(878)
D	10	3.377	(338)	(338)	4.060	(406)	(406)
E	30	115	(35)	(35)	595	(179)	(179)
F	50	143	(71)	(71)	4.486	(2.243)	(2.243)
G	70	3.573	(2.500)	(2.500)	710	(497)	(497)
H	100	2.830	(2.830)	(2.830)	21.709	(21.709)	(21.709)
Total		118.655	(6.741)	(6.741)	194.275	(26.992)	(26.992)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Saldo inicial	26.992	35.879
Reforço/(reversão)	2.274	18.849
Baixas para prejuízo	(22.525)	(26.451)
Saldo final	6.741	28.277

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 30 de setembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	30.09.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Maior Devedor	63.330	53,37%	80.676	41,53%
10 Maiores Devedores	107.790	90,84%	144.720	74,49%
20 Maiores Devedores	114.850	96,79%	159.351	82,02%
50 Maiores Devedores	116.207	97,94%	164.217	84,53%
100 Maiores Devedores	116.793	98,43%	165.314	85,09%

h) Movimentação dos créditos renegociados

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Saldo inicial	2.586	4.344
Contratações	287	467
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.065)	(1.533)
Baixa para prejuízo	(175)	(317)
Saldo final	1.633	2.961

i) Informações Complementares

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	17.742	20.009

⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.09.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	520.096	541.618
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 22f)	22.773	20.690
Impostos e contribuições a compensar	24.216	45.410
Impostos e contribuições a recuperar	-	11
Valores a receber de sociedades ligadas	-	14.824
Títulos e créditos a receber	44	964
Total	567.129	623.517
Ativo circulante	57.091	95.599
Ativo não circulante	510.038	527.918

9. OUTROS VALORES E BENS

	30.09.2016	31.12.2015
Bens não de uso próprio	3.031	2.574
Máquinas e equipamentos	268	-
Veículos e afins	2.763	2.574
(Provisão para desvalorização)	(1.063)	(1.127)
Despesas antecipadas	54	311
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	1	298
Despesas de serviços do sistema financeiro	13	12
Despesas de serviços técnicos especializados	40	-
Outras	-	1
Total	2.022	1.758
Ativo circulante	2.013	1.494
Ativo não circulante	9	264

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua origem.

10. INVESTIMENTOS

	30.09.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	24.525	21.862
(Imparidade acumulada)	(8.177)	(7.177)
Total	16.348	14.685

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	30.09.2016	31.12.2015
Bens Arrendados	205.921	439.711
Veículos e afins	134.917	332.784
Máquinas e equipamentos	64.652	94.652
Móveis	3.379	3.379
Instalações	416	416
Sistemas de processamento de dados	2.557	8.480
Superveniências/ (Insuficiência) de Depreciações	(3.873)	60.716
Depreciação Acumulada	(105.218)	(287.319)
Diferido	30.095	27.540
Perdas em arrendamentos a amortizar	50.234	37.812
Amortização acumulada do diferido	(20.139)	(10.272)
Total	126.925	240.648

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	30.09.2016	31.12.2015
Valor presente	128.514	247.793
Credores por antecipação do valor residual	9.859	53.518
Valor presente das operações de arrendamento	118.655	194.275
(-) Valor contábil das operações	132.387	187.077
Arrendamentos a receber – recursos internos	134.655	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(133.109)	(210.835)
Valores residuais a realizar	11.808	58.802
Valores residuais a balancear	(11.808)	(58.802)
Títulos e créditos a receber	43	964
Bens arrendados	205.921	439.711
Depreciação acumulada de bens arrendados	(105.218)	(287.319)
Perdas em arrendamentos a amortizar	50.234	37.812
Amortização acumulada do diferido	(20.139)	(10.272)
(=) Aumento/ (Diminuição) do Ativo Permanente (Superveniência/ (Insuficiência) de Depreciação)	(3.873)	60.716

c) Depreciação acumulada

	30.09.2016	31.12.2015
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(105.218)	(287.319)
(-) Superveniência/ (Insuficiência) de depreciação	(3.873)	60.716
(=) Depreciação Acumulada	(109.091)	(226.603)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.09.2016	31.12.2015
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00% do DI	2006	2027	18.990.335	19.376.063
Total				18.990.335	19.376.063
Passivo circulante				-	230.401
Passivo não circulante				18.990.335	19.145.662

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Despesas de Captações no Mercado Aberto	-	(35)
Carteira de livre movimentação	-	(35)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(2.020.006)	(2.651.514)
Debêntures	(2.020.006)	(2.651.514)
Total	(2.020.006)	(2.651.549)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.09.2016	31.12.2015
FINAME		8.600	10.257
Pré-fixado	3,30% a.a.	8.600	10.257
Total		8.600	10.257
Passivo circulante		7.348	854
Passivo não circulante		1.252	9.403

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30.09.2016	31.12.2015
Repasses do País – FINAME	4.644	2.704	1.036	147	69	8.600	10.257
Total	4.644	2.704	1.036	147	69	8.600	10.257

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(685)	(770)
FINAME	(685)	(770)
Total	(685)	(770)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.09.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	17.500	79.894
Impostos e contribuições a recolher	265	4.605
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	-	16.246
Provisão para demandas fiscais (Nota 22d1)	8.920	8.824
Total	26.685	109.569
Passivo circulante	17.765	98.148
Passivo não circulante	8.920	11.421

b) Diversas

	30.09.2016	31.12.2015
Credores diversos - no País	2.280	5.282
Provisão para pagamentos a efetuar	4.123	1.060
Provisão para demandas cíveis (Nota 22d1)	4.924	5.260
Total	11.327	11.602
Passivo circulante	11.300	11.602
Passivo não circulante	27	-

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Despesas Administrativas

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Aluguéis	(14)	(57)
Manutenção e conservação de bens	-	(25)
Processamento de dados	(3.367)	(3.777)
Publicações	(169)	(174)
Serviços do sistema financeiro	(140)	(305)
Serviços de terceiros	(6)	(5)
Serviços técnicos especializados	(7.562)	(4.990)
Emolumentos judiciais e cartorários	(414)	(484)
Impostos e multas de bens arrendados	(759)	(941)
Comunicações	-	(18)
Outras	(15)	(89)
Total	(12.446)	(10.865)

b) Outras Receitas Operacionais

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Reversão de provisões – demandas cíveis e fiscais	1.375	2.388
Atualização de depósitos em garantia	742	1.351
Recuperação de encargos e despesas	1.194	971
Variação monetária ativa	1.134	840
Ressarcimento de custos associados	105	486
Outras	-	31
Total	4.550	6.067

c) Outras Despesas Operacionais

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Provisão para passivos contingentes	(447)	(965)
Indenizações cíveis	(3.026)	(3.088)
Depósitos Judiciais	-	(10)
Parceiros comerciais	(297)	(1.762)
Outras	(983)	(286)
Total	(4.753)	(6.111)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Receitas não operacionais	3.463	2.103
Lucro na alienação de valores e bens	301	1.165
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	186	174
Outras	2.976	764
Despesas não operacionais	(1.890)	(4.086)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(1.000)	(2.259)
Desvalorização de outros valores e bens	(122)	(153)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(748)	(58)
Perdas de Capital	(20)	(1.616)
Total	1.573	(1.983)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 899.539 (R\$ 872.800 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 26.739, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de maio de 2016.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Valores correntes	(14.836)	(81.585)
IR e CSLL no País – Corrente	(17.499)	(87.128)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	2.663	5.543
Valores Diferidos	(5.276)	64.488
Passivo fiscal diferido	16.248	99.009
Marcação a mercado	1.066	(234)
Superveniência de depreciação	15.180	99.243
Ativo fiscal diferido	(21.522)	(34.521)
Prejuízos fiscais	(6.088)	(34.467)
Diferenças temporárias	(16.055)	589
Marcação a mercado	621	(643)
Total	(20.112)	(17.097)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Resultado antes dos tributos e participações	48.750	67.011
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	(21.936)	(27.400)
Outros Valores	1.824	10.303
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(20.112)	(17.097)

c) Despesas Tributárias

	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Cofins	(2.361)	(4.063)
ISSQN	(386)	(722)
PIS	(384)	(661)
IPVA	(1.502)	(5.442)
Outras	(81)	(1)
Total	(4.714)	(10.889)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.09.2016	31.12.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	-	15.179
Marcação a mercado	-	1.067
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	-	16.246
Imposto de Renda	-	15.772
Contribuição Social	-	474

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2015	01.01 a 30.09.2016	30.09.2016
	Saldo	Movimentação no Período ⁽¹⁾	Saldo
Diferenças temporárias	52.165	(15.435)	36.730
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	45.400	(18.070)	27.330
Provisões Passivas	6.258	2.041	8.299
Marcação a mercado	-	621	621
Outras provisões	507	(27)	480
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	489.453	(6.087)	483.366
Total dos Créditos Tributários Ativados	541.618	(21.522)	520.096
Imposto de Renda	518.597	(14.018)	504.579
Contribuição Social	23.021	(7.504)	15.517

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º Semestre de 2016.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	12.303	12.084
Em 2017	17.622	16.233
Em 2018	9.518	8.200
Em 2019	4.760	3.833
Em 2020	5.642	4.250
A partir de 2021	470.251	238.674
Total de Créditos Tributários	520.096	283.274

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2016	1%	26%
Em 2017	1%	42%
Em 2018	1%	18%
Em 2019	1%	3%
Em 2020	1%	7%
A partir de 2021	95%	4%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

19. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A., sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	30.09.2016			Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	
Ativos				
Disponibilidades	25	-	153	178
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	19.320.123	19.320.123
Outros ativos	-	-	-	-
Passivos				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(18.990.335)	(18.990.335)
Outros passivos	-	-	(5)	(5)
Resultado				
01.01 a 30.09.2016				
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.783.288	1.783.288
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.019.951)	(2.019.951)

	31.12.2015			Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	
Ativos				
Disponibilidades	26	-	143	169
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	9.701.530	9.701.530
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	9.976.718
Outros créditos	-	-	14.866	14.866
Passivos				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(19.375.490)	(19.375.490)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	(1.579)
Resultado				
01.01 a 30.09.2015				
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	2.682.860	2.682.860
Despesas com captação	-	-	(2.651.093)	(2.651.093)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	30.09.2016		31.12.2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.320.123	19.320.123	9.701.530	9.701.530
Títulos e valores mobiliários	8.438	8.438	9.400	9.400
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	9.976.718
Operações de arrendamento mercantil	118.655	119.308	194.275	193.643
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(18.990.335)	(19.019.934)	(19.376.063)	(19.416.920)
Obrigações por repasses do País	(8.600)	(8.600)	(10.257)	(10.257)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	(1.579)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

brun

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de setembro de 2016:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	3
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(105)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(212)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 30 de setembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 30 de setembro de 2016:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(566)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(16.616)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(31.300)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 30/09/2016, para o prazo de um ano é 12,48%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,12% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Informações Trimestrais, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

b) Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾		Demandas cíveis ⁽²⁾	
	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Saldo inicial	8.824	3.347	5.260	5.916
Constituições	879	70	957	177
Reversão da provisão	(755)	(810)	(640)	(632)
Baixa por pagamento	(227)	(361)	(1.346)	(1.350)
Atualização monetária	199	180	693	1.303
Saldo final	8.920	2.426	4.924	5.414

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	30.09.2016	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.847	4.924
De 5 a 10 anos	73	-
Total	8.920	4.924

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.09.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	503	587
Demandas Cíveis ⁽²⁾	646	392
Total	1.149	979

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

f) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	30.09.2016	31.12.2015
Contingências fiscais	5.791	5.450
Contingências cíveis	16.982	15.240
Total	22.773	20.690

g) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de Gestão de Riscos**

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura no Conglomerado, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos ao Conglomerado.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Conglomerado adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, o Conglomerado elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos. Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

III – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 30 de setembro de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 30 de setembro de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,80% (15,07 % em 31 de dezembro de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, a Companhia mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Informações Trimestrais do Banco Votorantim de 30 de junho de 2016.
